

(Transcrição)

Londres, 22 junho 2004

«Liberdade, igualdade... que fim levou a fraternidade?»

Senhor Presidente da Câmara
Ilustres senhores parlamentares
Senhoras e senhores,

É uma verdadeira honra e uma alegria para mim poder dirigir-me aqui em Londres a uma assembleia tão qualificada. Agradeço a todos pela presença, enquanto ousar esperar que tenham com este meu discurso, um sereno momento de trégua do seu exigentíssimo trabalho.

Gostaria de apresentar aos senhores aquilo que surgiu nesses anos, também no âmbito político, de um dom – um carisma – que eu mesma recebi há muitos anos e que frutificou em todas as latitudes do mundo, entre pessoas de culturas, crenças religiosas e status social mais diversificados, uma experiência e uma cultura fundamentadas na unidade, exigência profunda da história da humanidade.

O título proposto para o encontro de hoje é: «Liberdade, igualdade... que fim levou a fraternidade?»

O lema: liberdade, igualdade, fraternidade, quase uma síntese do programa político da modernidade, revela uma intuição profunda, e hoje demanda a nós uma séria reflexão: em que fase estamos na realização desta grande aspiração?

A Revolução Francesa anunciou esses três princípios, mas na verdade não os inventou. Eles já estavam empreendendo o seu extenuante caminho ao longo dos séculos, sobretudo a partir da mensagem cristã, que vivificou o lado melhor das tradições antigas dos diversos povos e o patrimônio da revelação hebraica, efetivando uma autêntica revolução: o humanismo novo, inaugurado por Cristo, que capacitou o homem a viver plenamente esses princípios.

No decorrer dos séculos, a partir desse anúncio, eles foram revelando a sua riqueza nas obras humanas.

Muito caminho foi percorrido, e nesse caminho o Reino Unido foi pioneiro.

A liberdade e a igualdade deixaram uma marca profunda na história política dos povos, produzindo avanços como a civilização e criando as condições necessárias para a progressiva conscientização acerca da dignidade da pessoa humana.

Certamente, o caminho desses dois princípios é familiar para um povo que produziu a *Magna Charta Libertatum* e a *Declaração dos direitos*, que foi exímio em inventar a democracia e as políticas sociais.

A liberdade e a igualdade tornaram-se princípios jurídicos, que cotidianamente são aplicados como verdadeiras categorias políticas.

Nós bem sabemos que a afirmação exclusiva da liberdade, pode se transformar no privilégio do mais forte, enquanto que a igualdade, e a história o confirma, pode se traduzir no coletivismo que massifica. Além disso, muitos povos, na realidade, ainda não se beneficiaram dos conteúdos da liberdade e da igualdade...

Como fazer, então, para que a sua assimilação produza frutos maduros? Como acionar a marcha da história dos nossos países e da humanidade inteira rumo ao destino que lhe é próprio? Para nós, a resposta está na fraternidade universal, que deve ocupar o devido lugar nas categorias políticas fundamentais.

Se esses três princípios estiverem um ao lado do outro, poderão dar origem a uma política adequada às demandas de hoje.

Em raros momentos o nosso planeta sofreu tanto pela desconfiança, pelo temor, inclusive pelo terror quanto no nosso tempo. Basta pensar no dia 11 de setembro de 2001, e ainda mais próximo, no dia 11 de março de 2004, sem esquecer outras centenas de atentados que, nesses últimos anos, alimentaram a nossa crônica cotidiana.

O terrorismo: uma calamidade tão grave quanto as dezenas de guerras que ainda ensanguentam o nosso planeta!

E quais são as causas? Muitas. Porém, por força reconhecemos que uma das mais graves é o desequilíbrio econômico e social que existe no mundo entre países ricos e pobres. Esse desequilíbrio gera ressentimento, hostilidade, vingança, favorecendo o fundamentalismo, que ali encontra um terreno adequado para crescer.

Se o quadro é este; então, para que o terrorismo perca a sua força e desapareça, a guerra não é a solução. Temos que buscar os caminhos do diálogo, soluções políticas e diplomáticas. Mas não só; é preciso suscitar no mundo mais solidariedade entre todos e uma mais justa comunhão de bens.

Sem contar que são muito mais numerosos os temas candentes que interpelam a política em dimensão nacional e internacional. Também o modelo de desenvolvimento econômico do mundo ocidental já está indiscutivelmente em crise. Essa crise requer não só poucos ajustes, mas uma revisão global, para superar a recessão em curso.

A marcha irrefreável da pesquisa científica deve ser controlada por meios que garantam a integridade e a saúde da espécie humana e de todo o ecossistema.

O reconhecimento da função essencial dos meios de comunicação no mundo moderno deve estruturar regras claras frente às específicas exigências de promoção dos valores e de tutela das pessoas, dos grupos, dos povos.

Outra questão central provém da necessidade de defender e valorizar a riqueza proveniente das diferenças étnicas, religiosas, culturais, mesmo no horizonte dos irreversíveis processos de globalização em andamento.

Esses são alguns dentre os maiores desafios apresentados pela atualidade que demandam fortemente a ideia e a prática da fraternidade, e, pela vastidão do problema, de uma fraternidade universal.

[...]

O Movimento dos Focolares, mesmo sendo primariamente religioso, desde o início e no decorrer dos anos, deu um grande enfoque a todos os âmbitos da sociedade, inclusive ao campo político, a ponto de ver nascer de seu seio, em Nápoles, na Itália, em 1996, o “Movimento político pela unidade”. Movimento que também está se difundindo e organizando em todo o globo.

Pude narrar o seu início e desenvolvimento várias vezes a parlamentares de várias nações europeias e não, em Estrasburgo, no Centro Europeu de Madri e na ONU.

Como expressão política do Movimento dos Focolares, ele tem como objetivo fazer com que as pessoas e grupos, engajados na política, redescubram os valores profundos, eternos do homem, e que coloquem a fraternidade como base da sua vida e só depois se mobilizem na ação política. E, conseqüentemente, o agir político se alargará de um amor interpessoal a um amor maior, aquele pela *polis*. Um amor que, adquirindo a dimensão política, não perde as suas características: o envolvimento de toda a pessoa, com a sua inteligência e a vontade de chegar a todos; a sua intuição e a criatividade para dar o primeiro passo; o seu realismo para se colocar na pele do outro, com a capacidade de doar-se sem interesses pessoais e de abrir novas estradas, inclusive quando as limitações humanas e os fracassos parecem obstruí-las.

Os agentes do Movimento político pela unidade são políticos de todos os níveis – administradores, parlamentares, militantes de partido – de várias filiações políticas, que sentem o dever de agir ao lado do verdadeiro titular da soberania: o cidadão. Cidadãos que desejam fazer a própria parte como sujeito atuante na política; estudantes e estudiosos de Ciências Políticas, que desejam oferecer a própria competência e investigação; funcionários da Administração Pública, conscientes do próprio papel específico.

Propomos unicamente e testemunhamos juntos um estilo de vida que permite à política realizar da melhor maneira o seu objetivo: o bem comum, na unidade do corpo social.

Aliás, gostaríamos de propor a todos aqueles que trabalham na política quase a formulação de um pacto de fraternidade pelo próprio país, que coloque o bem acima de qualquer interesse parcial, individual, de grupo, de classe ou de partido.

Porque a fraternidade oferece possibilidades surpreendentes: consente conjugar e valorizar exigências que, sem ela, poderiam desencadear conflitos irreparáveis. A fraternidade articula em harmonia as experiências das autonomias locais, valorizando a história comum. Consolida a consciência de que são importantes os organismos internacionais e todos os processos que visam superar as barreiras e atingir importantes etapas em vista da unidade da família humana.

De fato, a fraternidade pode fazer despontar projetos e atividades no complexo tecido político, econômico, cultural e social do nosso mundo. É a fraternidade que tira do isolamento, abrindo as portas do desenvolvimento aos povos excluídos. É a fraternidade que indica como resolver pacificamente as controvérsias e que relega a guerra aos livros de história. É em virtude da fraternidade vivida que

podemos sonhar, e até mesmo esperar, com alguma forma de comunhão de bens entre países ricos e pobres.

A profunda necessidade de paz, que a humanidade hoje externa, demonstra que a fraternidade não é só um valor, não é só um método, mas o paradigma global do desenvolvimento político. É por isso que o mundo, tornando-se cada vez mais interdependente, precisa de políticos, de empresários, de intelectuais, de artistas que coloquem a fraternidade – instrumento de unidade – no centro do próprio agir e pensar. Era o sonho de Martin Luther King que a fraternidade se tornasse a ordem do dia de um homem de negócios e a palavra de ordem do homem de governo. Os políticos do Movimento Político pela Unidade querem que esse sonho se torne realidade.

Mas isso pode acontecer se, na atividade política, não nos esquecermos da dimensão espiritual ou, seja como for, da fé nos valores profundos que devem orientar a vida social.

O deputado Igino Giordani, parlamentar italiano e cofundador do nosso Movimento, no seu estilo inconfundível escreveu: «Quando se cruza a soleira de casa para entrar nos meandros do mundo, a fé não fica pendurada como um gorro desbotado num prego atrás da porta» 113. E acrescentou: «A política é a caridade em ação, serve e não patroa».

Um dia, tive a sensação de compreender o que se pretendia dizer ao afirmar que a política é amor. Se déssemos uma cor a cada atividade humana: à economia, à saúde, à comunicação, à arte, ao trabalho cultural, à administração da justiça... imaginei que a política não teria uma cor; seria um fundo preto, que dá resalto a todas as outras cores. Por isso, a política deve estabelecer uma inter-relação cotidiana com cada âmbito da vida, para criar as condições a fim de que a própria sociedade, com todas as suas expressões, possa realizar perfeitamente o seu desígnio. É claro que, nesta contínua atenção ao diálogo, a política tem o dever de reservar para si alguns espaços específicos: indicar as prioridades num programa justo; fazer dos desfavorecidos os alvos privilegiados; buscar sempre e por toda a parte a participação, ou seja, o diálogo, a mediação, responsabilidade e concretidade.

Para esses políticos de que falo, a própria opção de trabalhar na política é um ato de amor, por meio do qual cada um responde a uma autêntica vocação, a um chamado pessoal. Quem possui uma fé religiosa sabe que é Deus mesmo a chamá-lo por meio das circunstâncias; quem não tem um referencial religioso responde a uma exigência humana, a uma necessidade social, a um problema da sua cidade, aos sofrimentos do seu povo, que ecoam na sua consciência. Ambos têm a sua casa no Movimento político pela unidade e agem sempre por amor.

Os políticos da unidade tomam consciência de que a política é, na sua raiz, amor; compreendem que também o outro, o adversário político, pode ter feito a própria escolha por amor. São conscientes de que cada formação política, que cada opção política, pode ser a resposta para uma necessidade social e, portanto, todas são necessárias para a obtenção do bem comum. Eles se interessam pelo destino do outro e pela sua proposta como pela própria, e a crítica torna-se construtiva. Procuram vivenciar o aparente paradoxo de amar o partido alheio como o próprio, porque o bem do país precisa da ação de todos.

Este é, em linhas gerais, o ideal do Movimento político pela unidade e é esta – creio – a política que vale a pena ser vivida. Uma política capaz de reconhecer e servir o desígnio da própria comunidade, da própria cidade e nação, inclusive da humanidade inteira, pois a fraternidade é o projeto de Deus para

toda a família humana. É esta a verdadeira política respeitável de que cada país precisa; o poder, de fato, confere a força, mas é o amor que dá autoridade.

É esta política que constrói obras que permanecem. As gerações que virão não serão gratas aos políticos por terem assumido o poder, mas por como o administraram.

Esta é a política que o Movimento político pela unidade deseja, com a ajuda de Deus, gerar e apoiar.

Então, o que desejo para os políticos do Reino Unido?

Que este povo e de modo especial os seus representantes, ricos da sua nobre história democrática, encontrem na fraternidade o vigor necessário para continuar com uma eficácia ainda maior o seu caminho, e para dar a sua contribuição como protagonista na história da unidade da família humana. Na parte que nos cabe, prometemos não deixá-los sozinhos, colocando à disposição dos senhores o carisma da unidade, que o Céu ofereceu para toda a humanidade.